

Monitor Político

12 de julho de 2022

macro & estratégia

BTG Pactual S.A.

Álvaro Frasson

Arthur Mota

Leonardo Paiva

Luiza Paparounis

Sumário

1. <u>Pautas da semana</u>	3
2. <u>Pesquisa e principais eventos eleitorais de 2022</u>	4
3. <u>Propostas Econômicas na pauta do Congresso</u>	12
4. <u>Processo de tramitação</u>	14

Pautas da semana

PEC dos Benefícios e Biocombustíveis

- Após a anexação do projeto à PEC dos Biocombustíveis e a aprovação na Comissão Especial, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), espera ter quórum suficiente para votar a PEC que amplia benefícios sociais nesta 3ªF.
- Apesar da tentativa do relator Danilo Forte (União-CE) de modificar o projeto, a PEC foi para votação na Comissão sem alterações com relação à proposta vinda do Senado. O custo do pacote aprovado na Casa passou de R\$ 38,7 bilhões para R\$ 41,25 bilhões, com a adição de um benefício de R\$ 300 aos taxistas e pilotos de pequenas embarcações a motor.
- A oposição ainda pode apresentar destaques ao projeto, entre eles: a retirada do estado de emergência e o fim do caráter temporário da parcela adicional do Auxílio Brasil.
- Como resta apenas uma semana de atividade no Congresso, a expectativa é de que o trâmite seja rápido, com aprovação e sanção nesta semana.

Lei das Diretrizes Orçamentárias

- O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD – MG) suspendeu ontem a votação da Lei das Diretrizes Orçamentárias, pauta necessária para que os parlamentares entrem em recesso a partir do dia 17 de julho.
- O adiamento para hoje decorre do questionamentos com relação a trechos projeto. Entre eles, destaque para a obrigatoriedade da execução do orçamento secreto, recursos que somaram R\$ 16,5 bilhões em 2022.
- As lideranças dos partidos devem se reunir ainda hoje para tentar construir um acordo e analisar a pauta.

Outras Temáticas

- A Câmara dos Deputados pode votar a PEC nº 11/22, que institui o piso salarial nacional para os salários de enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteira. Entretanto, o projeto não especificou qual será a fonte de custeio para o gasto extra gerado pela proposta.

Eleições 2022, Presidente – FSB Pesquisa

Metodologia

Realizada pelo **Instituto FSB Pesquisa**, por telefone (via CATI), entre os dias **08 e 10 de julho de 2022**. Foram entrevistados **2.000 eleitores**. A margem de erro é de 2% e intervalo de confiança de 95%.

- Registro no TSE: BR-09292/2022
- Estatístico responsável: Naele El-Dash, Conre 8656-A.
- Devido ao arredondamento, a soma dos percentuais pode variar de 99% a 101%.

Perfil da Amostra de Entrevistados

Sexo	Feminino	52%
	Masculino	48%
Idade	16 a 24 anos	18%
	25 a 40 anos	31%
	41 a 59 anos	32%
	60 anos ou mais	19%
Escolaridade	Ensino Fundamental	39%
	Ensino Médio	40%
	Ensino Superior	22%
Religião	Católicos	52%
	Evangélicos	26%
	Outras religiões	8%
	Sem religião	13%

Renda familiar	Até 1 S.M.	21%
	De 1 até 2 S.M.	22%
	De 2 até 5 S.M.	39%
	Mais de 5 SM	17%
PEA	PEA	64%
	NÃO PEA	36%
Região	Norte/Centro-Oeste	16%
	Nordeste	26%
	Sul	15%
Condição do Município	Capital	24%
	Interior-Grande	30%
	Interior-Médio	20%
	Interior-Pequeno	16%
	RM	10%

Pesquisa de opinião FSB: *highlights*

Polarização segue como cenário base.

Apesar do avanço marginal de alguns nomes da terceira via, a polarização segue como cenário base.

- Espontâneo 1º turno
 - Lula: de 39% para 40%.
 - Bolsonaro: de 31% para 30%.
 - Ciro Gomes: sem alteração, em 3%.
 - Não voto e Indecisos: : sem alteração, em 24%.
- Estimulado 1º turno
 - Lula: de 43% para 41%.
 - Bolsonaro: de 32% para 32%.
 - Ciro Gomes: de 8% para 9%.
 - Não voto e Indecisos: de 10% para 8%.

Melhora na percepção da inflação não tem impactado significativamente a intenção de voto.

Sem muitas novidades na pesquisa, com os principais candidatos variando dentro da margem de erro, o destaque fica por conta da análise dos entrevistados com relação ao contexto econômico.

Com relação ao dia 25 de abril, a pesquisa destaca a redução das pessoas que classificam seu estado financeiro como bastante negativo, de 62% para 58%. Ressaltamos que o patamar segue bastante elevado.

Com relação a inflação, percebemos que a ideia de que os preços “aumentaram muito/aumentaram um pouco” nos últimos 3 meses reduziu de 97% para 94%. Para os próximos 3 meses, a expectativa de que a inflação deve “aumentar muito” reduziu de 65% para 54%, enquanto a percepção de que a inflação deve “diminuir um pouco/diminuir muito” passou de 15% para 24%.

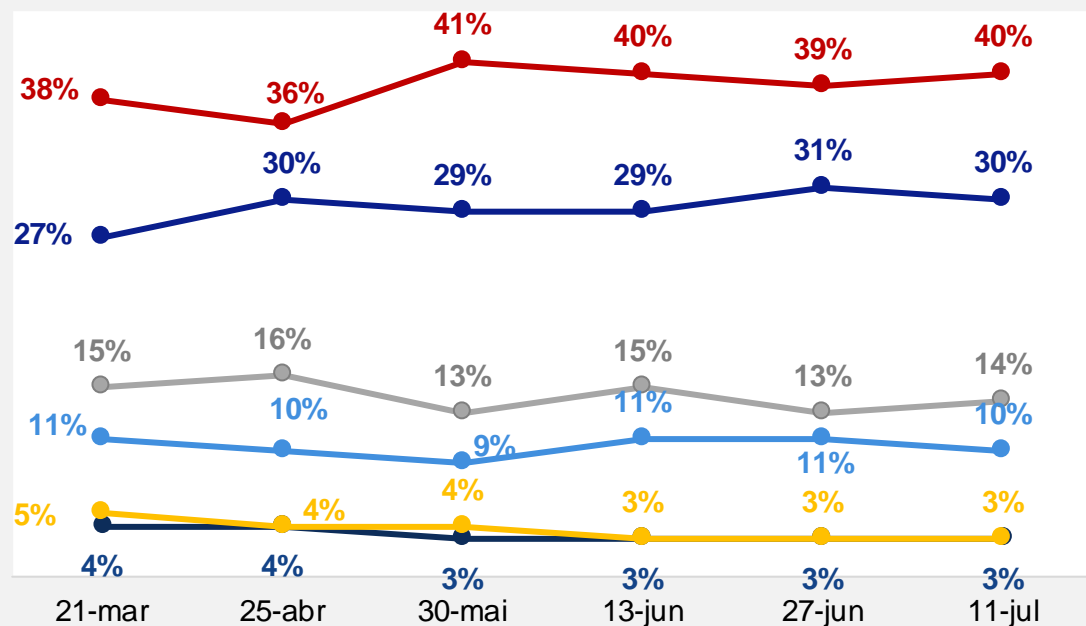
A melhora nas expectativas de inflação reflete a mudança na bandeira tarifária de energia elétrica. Por sua vez, observamos que, por agora, este dado pouco impactou na avaliação e nas intenções de voto do atual governo

Pesquisa de opinião FSB: 1º turno

Pesquisa sobre as eleições de 2022 para presidente realizada pela fsbpesquisa entre os dias 08 e 10 de julho.

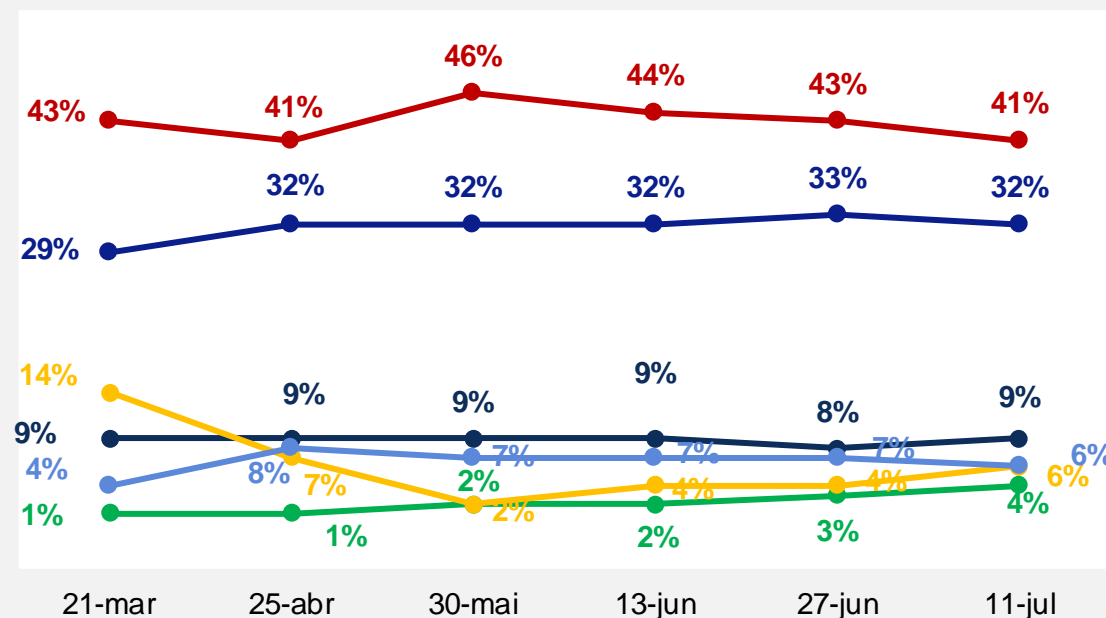
Se as eleições fossem hoje, em quem você votaria para Presidente da República? (Espontânea)

— Lula — Bolsonaro — Ciro Gomes — Outros — Não voto — Indecisos



Se as eleições fossem hoje, em quem você votaria para Presidente da República? (Estimulada)

— Lula — Bolsonaro — Ciro Gomes — Simone Tebet — Outros — Não voto

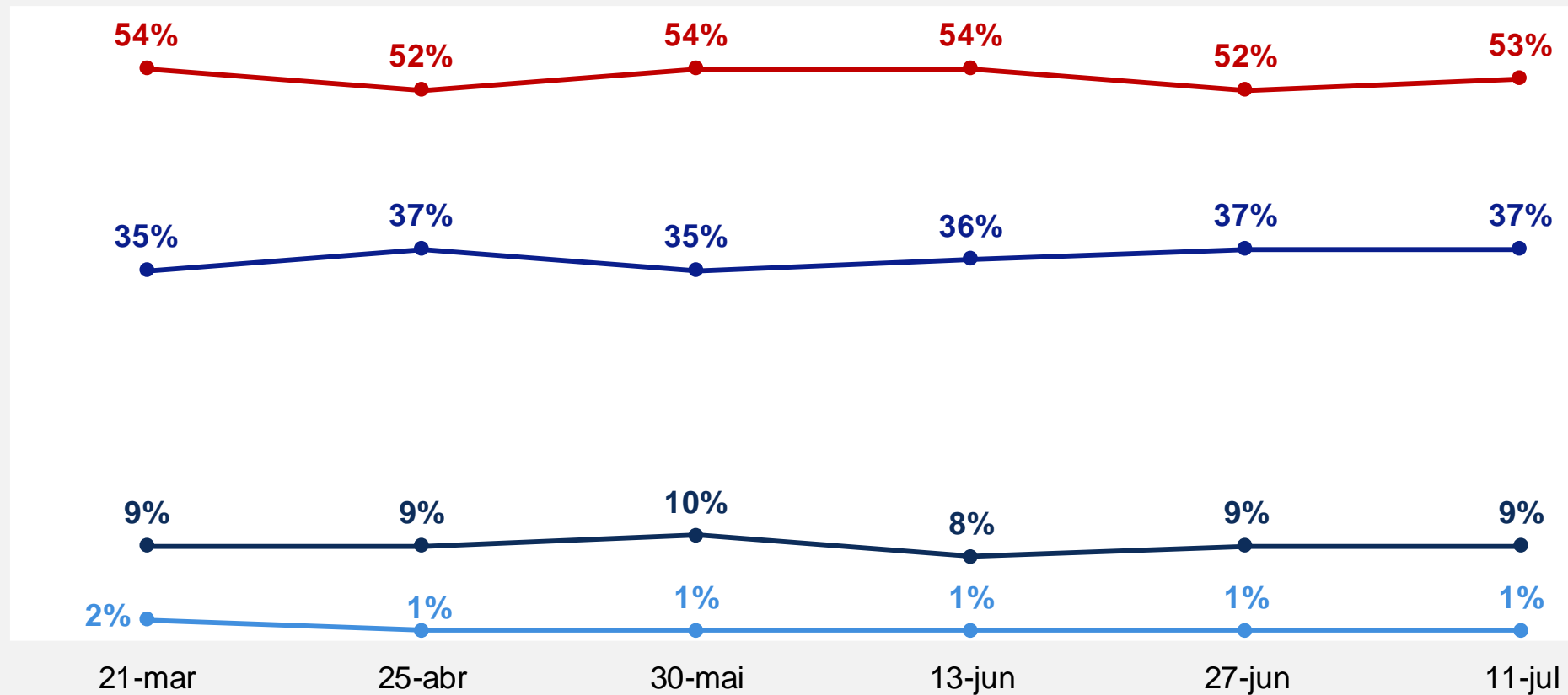


Pesquisa de opinião FSB: 2º turno

Pesquisa sobre as eleições de 2022 para presidente realizada pela fsbpesquisa entre os dias 08 e 10 de julho.

Se as eleições fossem hoje, em quem você votaria para Presidente da República? (Estimulada)

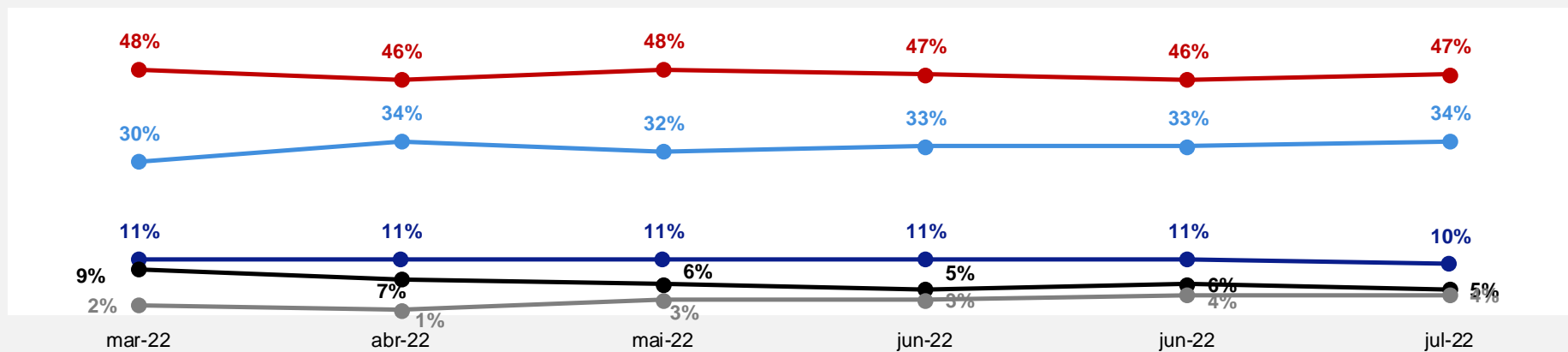
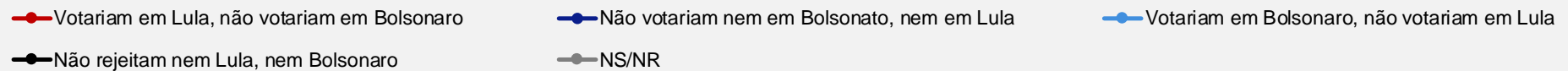
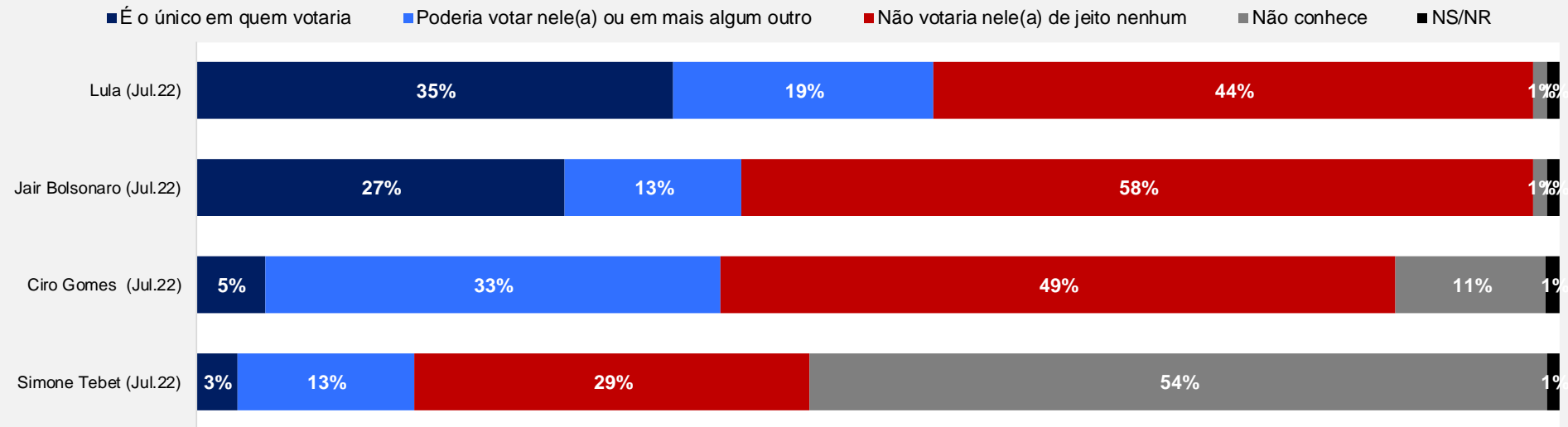
—●— Lula —●— Bolsonaro —●— Não voto —●— Indecisos



Pesquisa de opinião FSB: perfil do eleitor

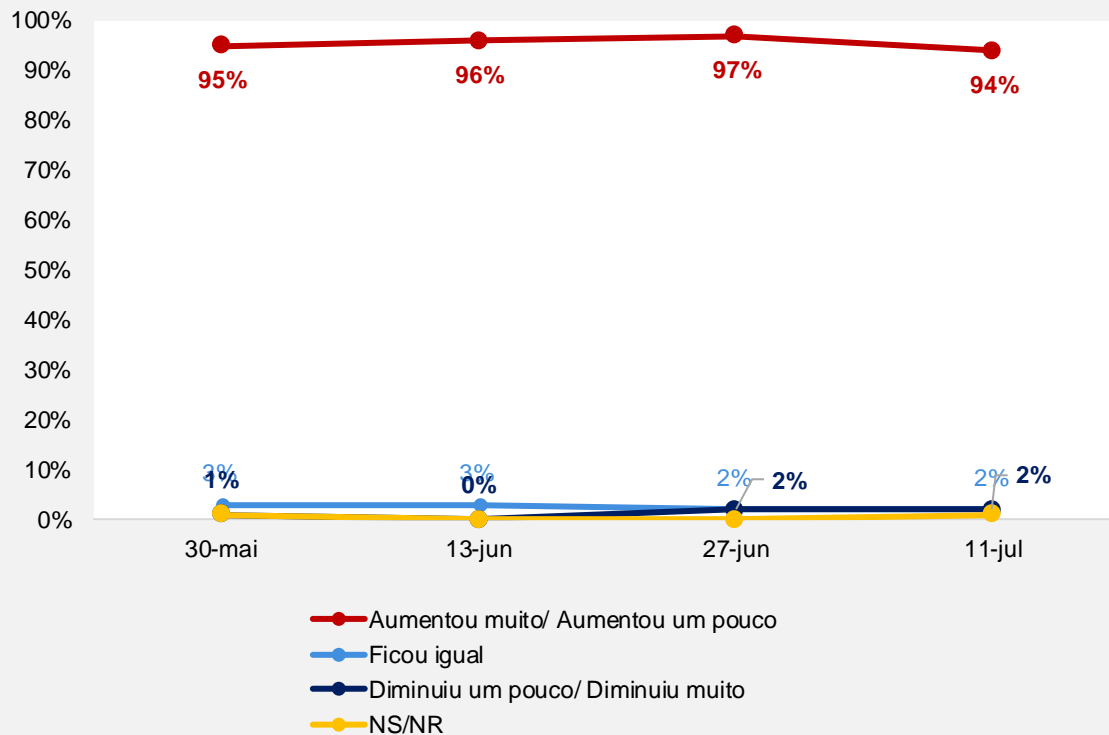
		Lula	Jair Bolsonaro	Ciro Gomes	Simone Tebet	Outros	Nenhum	Branco/ Nulo	NS/NR
Sexo	Total	41%	32%	9%	4%	6%	4%	2%	2%
	Feminino	43%	26%	10%	5%	6%	5%	2%	3%
	Masculino	39%	40%	8%	3%	4%	3%	2%	1%
Idade	16 a 24 anos	41%	28%	13%	3%	7%	3%	3%	2%
	25 a 40 anos	39%	37%	9%	3%	5%	3%	3%	1%
	41 a 59 anos	42%	33%	8%	4%	8%	3%	1%	1%
	60 anos ou mais	45%	30%	8%	6%	2%	6%	0%	3%
Escolaridade	Ensino Fundamental	51%	25%	6%	2%	9%	4%	1%	2%
	Ensino Médio	36%	40%	12%	4%	0%	4%	3%	1%
	Ensino Superior	34%	33%	10%	6%	7%	4%	3%	3%
Religião	Católicos	45%	28%	9%	4%	8%	4%	1%	1%
	Evangélicos	33%	48%	6%	3%	3%	2%	2%	3%
	Outras religiões	39%	28%	11%	5%	3%	4%	7%	3%
	Sem religião	44%	16%	13%	3%	12%	8%	3%	1%
Renda Familiar	Até 1 S.M.	53%	17%	9%	2%	9%	3%	4%	3%
	De 1 até 2 S.M.	52%	26%	7%	3%	4%	3%	3%	2%
	De 2 até 5 S.M.	35%	39%	9%	3%	3%	5%	4%	2%
	Mais de 5 S.M.	29%	43%	10%	6%	5%	2%	3%	2%
Região	Norte/Centro-Oeste	38%	39%	9%	3%	4%	3%	0%	4%
	Nordeste	59%	17%	7%	3%	5%	3%	5%	1%
	Sudeste	37%	33%	12%	3%	7%	5%	1%	2%
	Sul	27%	47%	4%	6%	10%	2%	1%	3%

Pesquisa de opinião FSB: rejeição

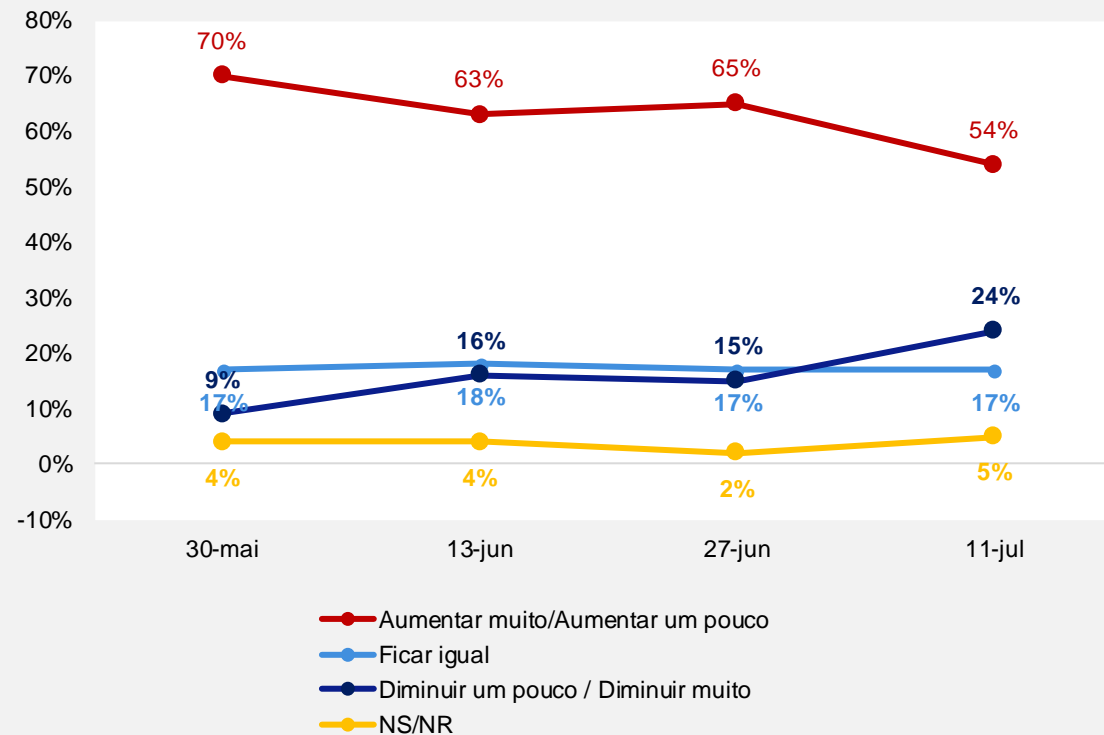


Pesquisa de opinião FSB: contexto econômico

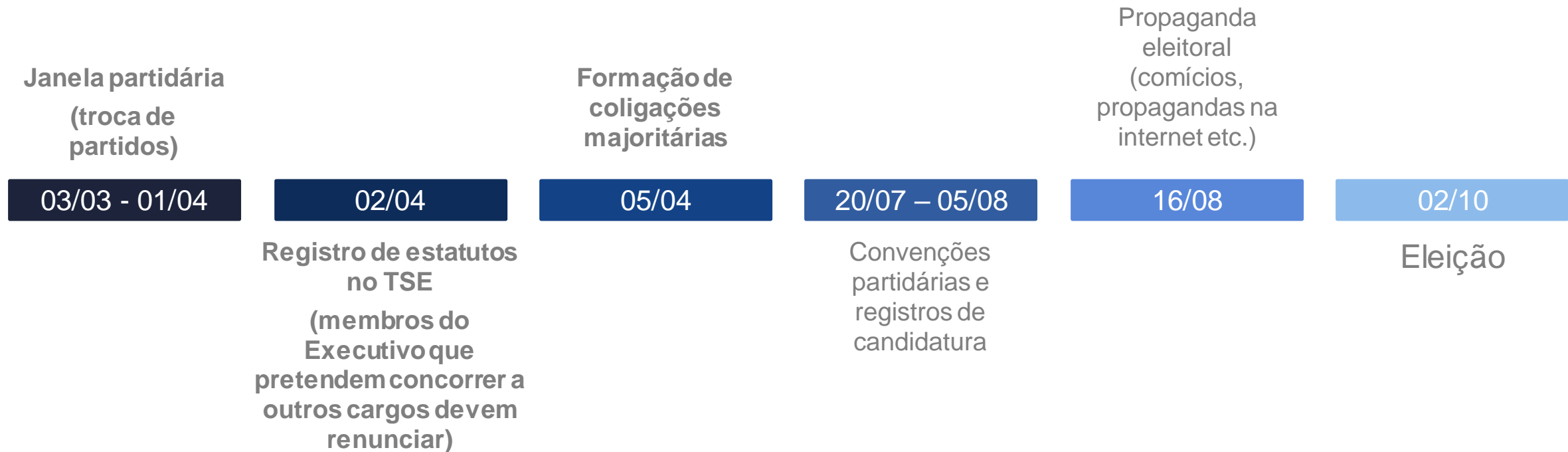
Inflação nos últimos 3 meses



Expectativa com a inflação nos próximos 3 meses



Principais eventos eleitorais de 2022



Propostas Econômicas na pauta do Congresso

Medida	Comentário	Início da tramitação	Estágio Atual
Piso salarial para enfermeiros (PL 2.564/21 e PEC 11/22)	Estabelece um piso nacional de R\$4.750,00 para os salários de enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiros. Entretanto, o projeto não especificou qual será a fonte de custeio para o gasto extra gerado pela proposta.	Senado	PL 2.564/21: aguarda envio à sanção presidencial e PEC 11/22: segue para comissão especial
Reajuste das Tarifas de Energia Elétrica (PLD 94/22)	Projeto busca sustar os efeitos da resolução homologatória nº 3.026 de 19 de abril de 2022 da Aneel que permitiu ajuste de tarifas no Ceará. Os deputados também pretendem sustar quaisquer outros ajustes de tarifas direcionados aos demais estados da federação.	Câmara	Aguarda votação no plenário
ICMS para combustíveis, comunicações e energia (PLP 18/22)	Classifica combustíveis, energia elétrica e transporte público como bens essenciais, o que impõe a estes grupos uma alíquota de ICMS máxima de 17%. O objetivo do projeto é combater a inflação mediante a desoneração de tarifas.	Câmara	Sancionada no dia 23/06
PEC dos Auxílios (PEC 1/22)	O texto define uma série de novos programas sociais e extensão de benefícios já existentes. O projeto prevê um pagamento de R\$200,00 adicional no Auxílio Brasil, zerar a fila de beneficiários, o aumento do vale-gás para o valor completo do botijão de gás, criação do voucher-caminheiro (R\$1.000,00), repasse para as Santas Casas, benefício para idosos no transporte público e benefício de R\$300 a taxistas e pilotos de pequenas embarcações a motor. O total dos gastos totalizará R\$41,25 bilhões.	Senado	Aprovado pelo Senado, seguiu para a Câmara
PEC dos Biocombustíveis (PEC 15/22)	Busca tornar permanente o valor de R\$400 do Auxílio Brasil. Anteriormente, este valor era previsto apenas para o ano de 2022.	Senado	Aguarda votação na Comissão Especial da Câmara
Transparência nas regras de composição de preços de derivados de petróleo (PL 3.677/21)	O projeto visa dar maior garantia na regra que formula os preços de derivados de petróleo. Logo, será feita, por exemplo, a divulgação dos componentes dos preços dos derivados (entre eles o markup). Atualmente, a Petrobras só divulga os preços nas refinarias e terminais e as margens consolidadas do segmento de refino e comercialização nos balanços financeiros.	Câmara	Aprovada pela Câmara, segue para análise no Senado
Vedação de incidência do ICMS sobre valor adicional cobrado em contas de luz (PLP 62/15)	O projeto busca proibir que o ICMS incida sobre o valor adicional cobrado em contas de luz por conta de alterações nas bandeiras tarifárias.	Câmara	Aprovada pela Câmara, segue para análise no Senado

Propostas Econômicas na pauta do Congresso

Medida	Comentário	Início da tramitação	Estágio Atual
Devolução de tarifas de energia elétrica (PL 1.280/22)	O projeto torna obrigatório que o crédito proveniente da devolução das tarifas cobradas de maneira errônea passe a ser aplicado também na modicidade tarifária de energia, alterando para isso a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.	Senado	Sancionada no dia 28/06
Marco de Garantias (PL 4.188/21)	O projeto busca criar um marco legal para o uso de garantias como forma de obter crédito. O texto permite, por exemplo em usar um imóvel como forma de garantia em operações de financiamento. Esta forma de garantia ficará a cargo de instituições gestoras de garantias (IGGs), pessoas jurídicas de direito privado cuja autorização para funcionamento dependerá do Comitê Monetário Nacional.	Câmara	Aprovada pela Câmara, segue para análise no Senado
Vedação de encargos sem previsão orçamentária (PEC 122/15)	Proíbe a criação ou aumento de despesa que não conste na lei orçamentária anual enviada pelo Poder Executivo. Além disso, acrescenta os parágrafos 6º e 7º ao artigo 167 da Constituição para proibir a imposição e transferência de encargos financeiros oriundos da prestação de serviços para União ou entes subnacionais.	Senado	Aguarda votação no plenário da Câmara
Perdão do FIES (MP 1.090/21)	A medida promove a possibilidade de renegociação de débitos para estudantes que fazem parte do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Nele, o desconto pode ficar entre 77% e 99% do valor negociado. O desconto é oferecido para estudantes que tenham oficializado sua entrada no financiamento estudantil até o segundo semestre de 2017.	Câmara	Aguarda sanção presidencial
Debêntures de infraestrutura (PL 2.646/20)	O projeto visa criar uma nova possibilidade de financiamento, as debêntures de infraestrutura. Empresas de infraestrutura e concessionárias de serviço público poderão emitir esses instrumentos. A companhia emissora receberá incentivo fiscal.	Câmara	Aguarda votação no plenário do Senado
Criação do Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário (MP 1.099/22)	Propõe a criação do Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário, vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência, que permite aos municípios o pagamento de bolsas para jovens de 18 a 29 anos, pessoas com 50 anos ou mais sem emprego formal há mais de 24 meses e deficientes por serviços em atividade considerada como de interesse público. O público preferencial do programa são os beneficiários do Auxílio Brasil e das famílias inscritas no CadÚnico.	Câmara	Aguarda sanção presidencial
MP dos Cartórios (MP 1.085/21)	A medida prevê a criação do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), cuja data-limite para implantação é dia 31 de janeiro de 2023. A partir dessa data, as certidões antes impressas pelos oficiais de registro poderão ser dispensadas, podendo ser feitas por meio eletrônico, além de disponibilizar meios para que o usuário possa confirmar a autenticidade do documento.	Câmara	Aguarda sanção presidencial
Marco Legal do Carbono (PL 528/21)	Proposta busca instituir o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, criando regulações para o mercado nacional de carbono, onde créditos de carbono poderão ser comprados e vendidos, de forma a estimular a preservação ambiental, ampliar os ativos ambientais brasileiros e atrair investimentos estrangeiros.	Câmara	Aguarda votação no plenário da Câmara

Processo de tramitação: principais normas legislativas

	Proposta de Emenda à Constituição (PEC)	Lei Complementar (PLC)	Lei Ordinária (PLO)	Medida Provisória (MP)
Votos necessários para aprovação	3/5 (308 deputados federais e 49 senadores)	Maioria Absoluta (257 deputados federais e 41 senadores)	Maioria Simples (+ de 50% do total de votos, excluindo abstenções. A maioria absoluta deve estar presente para ocorrer a votação)	Maioria Simples (+ de 50% do total de votos, excluindo abstenções. A maioria absoluta deve estar presente para ocorrer a votação)
Tramitação	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) ¹ ⇓ Comissão Especial (CE) ⇓ 2 turnos na Câmara dos Deputados ⇓ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) ³ ⇓ 2 turnos no Senado ⇓ Promulgação	Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ⇓ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) ¹ ⇓ 1 turno na Câmara dos Deputados ⇓ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ⇓ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) ³ ⇓ 1 turno no Senado ⇓ Sanção (ou veto) presidencial	Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ⇓ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) ¹ ⇓ 1 turno na Câmara dos Deputados ⇓ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ⇓ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) ³ ⇓ 1 turno no Senado ⇓ Sanção (ou veto) presidencial	Comissão Mista ⇓ 1 turno na Câmara dos Deputados ⇓ 1 turno no Senado ⇓ Sanção (ou veto) presidencial

1 Se rejeitada, um terço dos deputados poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário.

2 Significa que a proposta não precisará ser votada em Plenário.

3 Se rejeitada, um terço dos senadores poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário.

Disclaimer

Este relatório foi preparado pelo Banco BTG Pactual S.A (“BTG Pactual S.A.”) para distribuição somente no Brasil, sob circunstâncias permitidas pela regulamentação vigente. O BTG Pactual S.A. é o responsável pela distribuição deste relatório no Brasil. Nada neste relatório constitui indicação de que a estratégia de investimento ou recomendações aqui citadas são adequadas ao perfil do destinatário ou apropriadas às circunstâncias individuais do destinatário e tampouco constituem uma recomendação pessoal.

Este relatório possui caráter informativo, não constitui material promocional e não foi produzido como uma solicitação de compra ou venda de qualquer ativo ou instrumentos financeiros relacionados em qualquer jurisdição. Os dados que aparecem nos gráficos referem-se ao passado, a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura

Link: <https://www.btgpactualdigital.com/analises/disclaimer-macro>

Macro & Estratégia

economia@btgpactual.com

Álvaro Frasson

alvaro.frasson@btgpactual.com

Arthur Mota

arthur.mota@btgpactual.com

Leonardo Paiva

leonardo.paiva@btgpactual.com

Luiza Paparounis

luiza.paparounis@btgpactual.com

